

Galipolo vai assumir a diretoria da política monetária do Banco Central

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anuncia Gabriel Galipolo para assumir a diretoria de política monetária do Banco Central

BANCO CENTRAL

Lucas Marchesini

FOLHAPRESS

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem os dois indicados para compor a diretoria do Banco Central. Com a entrada dos escolhidos, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá pela primeira vez nomes próprios a participar diretamente das decisões relacionadas à taxa básica de juros - cujo patamar é alvo de ferrenhas críticas do mandatário.

Gabriel Galipolo, atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, foi escolhido para assumir a diretoria de Política Monetária da autarquia. Já Ailton de Aquino Santos, servidor do BC, foi indicado para a área de Fiscalização.

Galipolo é um dos auxiliares mais próximos de Haddad e já era ouvido por Lula nas questões econômicas desde o período pré-campanha eleitoral.

Uma de suas primeiras aparições se deu ao lado da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que o levou para um jantar com empresários em abril de 2022. Na ocasião, sua fala em defesa do diálogo entre governo e mercado foi bem recebida.

Hoje, Galipolo ajuda a conduzir todas as discussões estratégicas do Ministério da Fazenda e esteve diretamente envolvido na elaboração do novo arcabouço fiscal e nos pacotes de medidas para reequilibrar as contas públicas.



Gabriel Galipolo será o diretor de política monetária do BC e será substituído por Dario Durigan

FOTOS: WASHINGTON COSTA-MF E REPRODUÇÃO

O anúncio é feito em meio a uma insatisfação do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda e em grande parte do PT com as decisões do BC, vistas como prejudiciais à atividade enquanto o governo vê a melhora da economia como crucial para a consolidação de apoio popular e político.

Na última quarta-feira (3), por exemplo, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC não alterou sua estratégia e manteve a Selic em 13,75% ao ano, em sua primeira decisão após a apresentação do novo arcabouço fiscal.

O colegiado do BC voltou a dizer que a conjuntura demanda “paciência e serenidade” e ainda manteve a mensagem sobre a possibilidade de voltar a elevar os juros caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. Na quinta-feira (4), Lula voltou a fazer críticas à

maneira como é feita a discussão sobre juros no Brasil e mandou novo recado a Roberto Campos Neto, presidente do BC. O chefe do Executivo disse que “todo mundo aqui pode falar de tudo, só não pode falar de juros”. “Como se um homem sozinho pudesse saber mais que a cabeça de 220 milhões de pessoas”, acrescentou.

O Ministério da Fazenda planeja que o BC comece a absorver novas visões sobre a política monetária com a entrada dos novos nomes. Além disso, pretende que a entrada de Galipolo possa representar uma transição ainda mais significativa - podendo ele, futuramente, assumir o lugar do atual presidente do BC, (cujo mandato vai se encerrar em dezembro de 2024).

O ministro foi perguntado logo após o anúncio se Galipolo traria o pensamento do PT para o Copom e se realmente conseguiria mudar o

modo das discussões. Haddad respondeu que seu secretário-executivo não é filiado ao PT e que não vai apresentar o pensamento do partido no colegiado.

“Ele está indo para lá com a autonomia necessária para cumprir a lei, a mesma lei que os outros sete membros do Copom têm que respeitar”, afirmou Haddad.

PARA ENTENDER DURIGAN SUBSTITUIRÁ GALIPOLO NO GOVERNO

O ministro também anunciou quem substituirá Galipolo na Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda caso seu nome seja aprovado para compor a diretoria do BC. Escolhido foi Dario Durigan, que foi assessor especial de Haddad quando ele foi prefeito de São Paulo e hoje trabalha no WhatsApp Brasil.

INSS volta a pedir suspensão da revisão da vida toda

PREVIDÊNCIA

Cristiane Gercina

FOLHAPRESS

A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) na Justiça, voltou a pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) a suspensão nacional dos processos de revisão da vida toda até que o órgão julgue os embargos de declaração - esclarecimentos de partes de uma decisão - solicitados na última sexta-feira (5).

O julgamento da revisão da vida toda chegou ao final no dia 13 de abril, com a publicação da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável.

No pedido de embargos de declaração, a AGU solicita que o Supremo acate a solicitação de esclarecimento para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável.

Para justificar o pedido, diz que há “risco de grave dano” aos cofres públicos, resultado da volta da tramitação de processos após a publicação do acórdão. Segundo a AGU, muitas ações

já tiveram os acordãos proferidos e alguns tribunais estão determinando o pagamento imediato da revisão ao segurado, sem aguardar o trânsito em julgado do processo, fase na qual não cabe mais nenhum tipo de recurso.

A AGU alega ser necessária uma “delimitação”, já que, no período de 20 anos -1999 a 2019- que envolve a revisão, 88,3 milhões de beneficiários foram concedidos.

Um dos pontos solicitados é para que o STF considere o uso do divisor mínimo no cálculo da nova renda de quem tiver direito à correção. O tema não foi tratado no plenário e, segundo a advogada, pode resultar em distorções no cálculo dos benefícios. O divisor mínimo foi criado pela lei 9.876/99 para evitar que o segurado obtinha aposentadoria alta tendo pagando um número pequeno de contribuições de valor maior que as demais. A regra estabelece o período mínimo de meses (atualmente 108 meses, o equivalente a 9 anos) pelo qual a média dos salários de contribuição deve ser dividida no momento do cálculo do benefício.

Para o advogado João Bardari, um dos representantes do Ipepv (Instituto Brasileiro de Estudos Previdenciários), essa é uma tentativa do INSS de ganhar tempo para pagar os valores dos processos que este estiver derrotado. “Embargos de declaração cabem quando existe obscuridade, omissão ou contradição na decisão. Não vejo isso na decisão do Supremo. Além disso, o INSS já fez revisões muito maiores e tem, desde 2020, um sistema para calcular a revisão da vida toda”, diz o advogado.

Os embargos, no entanto, devem ser julgados no plenário e, se forem acatados, pode limitar ainda mais a revisão. “Essa é a cartada final do INSS”, afirma.

AVISOS, ATAS E EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ MIRI AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023-SRP/CP-SEMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023-FP-SRP/EMF/MSM

PREFEITURA MUNICIPAL DE OBIDOS/PA AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2023-002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE POU D'ARCO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONVITE Nº 1/2023-002 PMRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA PREGÃO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9603/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE OBIDOS/PA AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023-006 - FRACASSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POU D'ARCO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023-FP-SRP/EMF/MSM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE-BOI AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 PMPB PE SRP

R G GUEDES DE OLIVEIRA / GUEDES DE OLIVEIRA EVENTOS CNPJ: 26.344.864/0001-14

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA RESULTADO RESUMIDO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2003/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES-BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORREA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA EXTRATOS DE CONTRATOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2023-017 PMRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA PREGÃO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9603/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA PREGÃO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9603/2023

ALUBAR METAIS E CABOS S/A CNPJ. 08.262.121/0001-13

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES BATERIAÇÃO PROCESSO Nº 001/2023